

A receita do mercado para 2003

São Paulo — “Os investidores não querem ouvir promessas. É preciso manifestações claras do engajamento dos candidatos na boa gestão das finanças públicas”. A afirmação de Paulo Leme, diretor do banco Goldman & Sachs em Nova York, indica que um dos principais motivos do nervosismo do mercado é o fato de que estes políticos precisam deixar as intenções de lado e tomar ações que vão melhorar o desempenho da economia.

Segundo Leme, um exemplo deveria ser o empenho dos partidos no Congresso para incluir no orçamento de 2003 um superávit primário mais alentado. Ao invés de um número próximo a 3,5% do Produto Interno Bruto, seriam necessários pelo menos 4% do PIB.

Para os analistas, esse aumento seria essencial para conter um eventual crescimento da dívida pública caso novas turbulências financeiras elevem a cotação do dólar até as eleições de outubro. Como 27% da dívida interna estão indexadas ao câmbio, se a moeda norte-americana sobe muito acaba aumentando a dívida do governo em títulos federais.

Um outro exemplo de ação que os analistas pleiteiam é a votação neste ano no Congresso da lei que daria indepen-

dência à diretoria do Banco Central. “Tal legislação aumentaria a confiança do mercado de que a direção do BC teria mais liberdade para tomar decisões técnicas, como as relacionadas ao controle da inflação”, comenta Paulo Leme.

Os candidatos, contudo, dão sinais de que prezam a estabilidade da economia. Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central, avalia como “oportuno”, o interesse deles em manter as linhas mestras

da atual política econômica.

Mas Langoni mostra-se preocupado com a ênfase que os candidatos estão dando para o crescimento do país no curto prazo. Para ele, o Brasil não poderá ter uma forte expansão já em 2003 porque a economia precisa se recuperar de forma gradual. “Tentar promover grandes saltos com gastos exagerados de recursos federais pode gerar um descontrole das contas públicas, o que seria ruim para o equilíbrio financeiro do país”.

Na avaliação dos assessores dos candidatos, o Brasil pode crescer mais com o avanço da produção das empresas. Isso seria promovido, entre outros fatores, por uma reforma tributária. “É preciso cobrar menos da produção e mais do consumo”, afirma Tito Ryff, responsável pelo programa econômico de Anthony Garotinho. “Vamos acabar com impostos em cascata, como PIS e Cofins, que punem todas as empresas, inclusive as exportadoras”, defende Mauro Benevides Filho, assessor econômico de Ciro Gomes. (RL)

SOROS “VIAJOU”, DIZ FHC

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem, em São Paulo, que a função do governo neste momento de nervosismo do mercado é “afastar fantasmas”. Tentando minimizar o clima de especulação financeira, o presidente sustentou que a “economia real vai bem”. Ele citou o crescimento de 6% do produto industrial em abril. FHC rechaçou as declarações do megaespeculador Jorge Soros, que em entrevista à Folha de S. Paulo criticou a economia brasileira e a possibilidade de vitória de Lula. “Não existe razão nenhuma para dar apoio à essas especulações”, completou Para FHC, Soros “viajou”.